

A LEITURA E A ESCRITA COMO POSSIBILIDADE DE RESGATE DA CIDADANIA DE JOVENS E ADULTOS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Elenice Maria Cammarosano Onofre *

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar reflexões sobre o papel da educação escolar na prisão, buscando evidenciar que a sala de aula se constitui em espaço de aprendizagem da leitura e da escrita, como fatores contributivos de (re)socialização e de (re)inserção social do homem aprisionado. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, realizada em um presídio masculino do estado de São Paulo/Brasil, foram análise documental, conversas informais e entrevistas, com amostra de alunos e professores da escola. Os resultados obtidos evidenciam que, embora despedido do pertencimento à sociedade e duplamente excluído – pelo analfabetismo e pelo estigma por ter passado pela *universidade do crime* –, o processo de alfabetização afigura-se como possibilidade de construção da identidade e do resgate da cidadania, que a privação da liberdade confere ao homem que teve sua trajetória de vida marcada pela passagem na sociedade dos cativos.

Palavras-chave: Educação escolar de adultos presos. Leitura e escrita na prisão. Processos educativos na prisão.

READING AND WRITING AS A POSSIBILITY OF RESCUING YOUNG ADULTS' AND ADULTS' CITIZENSHIP IN FREEDOM DESTITUTION

Abstract: The objective of this article is to present reflections on the role of the school education in prison, trying to evidence that the classroom is a place of learning reading and writing as factors which contribute to the re-socialization and social re-insertion of the imprisoned man. The methodological procedures utilized in the research, in a penitentiary for men of the state of São Paulo/Brasil, were the documental analysis, informal conversations and interviews, with sample of students and teachers from the school. The results evidence that, away from the society, doubly excluded – by the illiteracy and the stigma of having passed by the *university of crime* –, the imprisoned man's literacy process is figured as a possibility of the construction of the identity and the rescue of the citizenship, that the freedom destitution confers to the man who had his life trajectory marked by the passage through the captives' society.

Keywords: Arrested adults' school education. Reading and writing in prison. Educational processes in prison.

Introduzindo o assunto...

O presente artigo apresenta algumas reflexões sobre o papel da escola na prisão, com o intuito de aprofundar as discussões existentes em relação às possibilidades e limites da educação no sistema prisional, em momento importante da história da educação prisional brasileira, tendo em vista a aprovação das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, em maio de 2010. Implementar diretrizes se constitui em desafio político a ser enfrentado por educadores, pesquisadores, organismos e fundações de diferentes esferas em âmbito nacional,

estadual e local, uma vez que a aprovação das Diretrizes Nacionais, embora tenha significado um avanço alcançado por lutas desde 1980, não significa garantia de efetiva implementação, uma vez que depende da reformulação nos padrões de educação escolar que acontece na maioria dos espaços prisionais e de decisões coletivas que reconheçam a relevância de transformar o cenário educativo existente, fora e dentro das prisões.

As discussões postas nesse momento têm enfatizado dificuldades em desenvolver, efetivamente, um programa de educação, se este estiver ligado ao esquema de funcionamento da prisão, cujo caráter é essencialmente disciplinar. A reabilitação requer a anulação do ser e não um empreendimento próprio para a sua formação como sujeito, tendo sua primazia centrada na aceitação da situação. A educação, por seu lado, almeja a formação dos sujeitos, a ampliação de sua leitura de mundo, o despertar da criatividade, a participação na construção do conhecimento e a superação de sua condição atual.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que o princípio fundamental da educação escolar que é por essência transformador aponta o tempo-espaço da escola como possibilidade, enquanto a cultura prisional caracterizada pela repressão, pela ordem e disciplina, visando adaptar o indivíduo ao cárcere, aponta para um tempo-espaço que determina mecanicamente as ações dos indivíduos.

Tomando-se por esse ângulo, estamos diante de uma situação paradoxal, fazendo-se necessária a compatibilização da lógica da segurança com a lógica da educação em um foco de convergência, com o objetivo comum de recuperar o aprisionado, devolvendo-o à sociedade com um projeto de vida adequado à convivência social.

Nessa perspectiva, seria pretensioso, e mesmo ingênuo, propor a elaboração de respostas definitivas para um problema polêmico como é o das contradições existentes nas organizações penitenciárias, em relação à reabilitação e educação – tarefas a elas destinadas.

Dadas as características da prisão e a situação social dos sujeitos que nela vivem, torna-se imprescindível a compreensão do espaço onde a escola está inserida, a fim de estabelecer uma estratégia educativa que contemple a complexidade e a singularidade da instituição. A sociedade dos cativos se organiza em função de regras e códigos, o que nos leva a supor que estes produzem nos indivíduos efeitos em sua convivência diária, nas concepções sobre a realidade e

em sua própria situação no âmbito da escola. A escola, mesmo inserida na prisão, é considerada uma instituição com responsabilidades específicas, que se distingue de outras instâncias de socialização e tem identidade própria e relativa autonomia.

No entanto, pode-se afirmar que os processos de adaptação dos indivíduos ao sistema social do cárcere não são plenos e encerram contradições, uma vez que os aprisionados encontram e constroem formas de resistência e a educação não permanece neutra nesse processo. Os estudos sobre educação de adultos em privação de liberdade têm mostrado a possibilidade de se construir a escola nas prisões, enquanto espaço diferenciado das prerrogativas carcerárias.

O recorte teórico estabelecido para a construção deste texto vincula-se a estudos que temos desenvolvido e ancoram-se em pesquisadores que defendem a escola como prática social relevante nos espaços prisionais, como os de Silva (2001), Onofre (2002), Leme (2002), Penna (2003), Vieira (2008), Serrado Júnior (2009), Julião (2009), Lourenço (2011), entre outros, pois evidenciam que a escola, assim como as demais práticas sociais ali existentes, é geradora de interações entre os indivíduos, promove situações de vida com melhor qualidade, enraíza, recompõe identidades, valoriza culturas marginalizadas, promove redes afetivas e permite (re)conquistar a cidadania. Inserida em um espaço repressivo, ela potencializa processos educativos para além da educação escolar, evidenciando-se a figura do professor como ator importante na construção de espaços onde o aprisionado pode (re)significar o mundo como algo dinâmico e inacabado.

A proposta educacional traçada para essas escolas, ao explicitar as concepções sobre o homem, sobre o mundo e sobre a educação e a produção de conhecimento, enfatiza que a educação, para ser válida, deve levar em conta tanto a vocação ontológica do homem (vocação de ser sujeito), quanto as condições nas quais vive (contexto). Toda ação educativa deve, portanto, promover o indivíduo, e este, deve transformar o mundo em que está inserido, não se tornando um instrumento de ajuste à sociedade.

É preciso, pois, que ao tomar consciência de sua realidade, o homem procure refletir sobre ela, comprometendo-se em transformá-la, e avaliar em que medida a atividade educativa está sendo desenvolvida para a libertação dos homens e sua humanização.

Como afirma Freire (1983), não é apenas necessário saber que é impossível haver neutralidade da educação, mas é preciso distinguir os diferentes caminhos. A

escola é uma instituição que existe num contexto histórico de uma determinada sociedade e para que seja compreendida, é necessário que se entenda como o poder se constitui na sociedade e a serviço de quem está atuando. Trata-se de um texto escrito por várias mãos e sua leitura pressupõe o entendimento de suas conexões com a sociedade e de seu próprio interior.

O papel da escola é promover situações em que as interações e a intersubjetividade estejam presentes e nos permitam evidenciar a ideia de que os homens fazem a história a partir de uma circunstância concreta e de uma estrutura que já existe. A sala de aula de diferentes espaços educativos é portadora de várias culturas, cidadanias, identidades, e a escola trabalha com esse jogo complexo de filiações e pertences. Apesar dos limites de caráter ideológico, social, político e cultural, o professor tem presente que um dos elementos da eficácia de seu papel reside no processo de resgate da liberdade, e a escola é uma das instituições que melhor cumpre a tarefa de oferecer possibilidades que libertam e unem, ao mesmo tempo. Se o aprisionado vive em função desse resgate, não há que se medir esforços para o repensar da escola e de outras práticas educativas que ocorrem no interior das unidades prisionais.

Anunciando os caminhos... caracterizando os sujeitos...

Na construção das reflexões apresentadas neste texto, tomou-se como material empírico, recorte de dados coletados em entrevistas realizadas com professores e alunos, em investigação realizada no curso de doutorado, em que se defendeu a tese sobre o papel da escola na prisão, e que tem sido aprofundada em desdobramentos de estudos através de conversas informais e observações sistemáticas, registradas em diários de campo, a partir de vivências com educadores prisionais, em cursos de formação continuada. Ao longo dos anos de 2006 a 2011, a inserção em escolas de unidades prisionais do estado de São Paulo e de outros estados brasileiros, em atividades colaborativas com grupos de professores iniciantes e experientes, tem nos levado à busca de compreensões à seguinte questão: sendo o ato pedagógico delimitado por dois indicadores, o sujeito que aprende (em situação de privação de liberdade) e o contexto (instituição fechada), como os professores e os alunos significam a escola e as aprendizagens que ali ocorrem?

As reflexões apresentadas neste texto, conforme explicitado anteriormente, buscam trazer algumas contribuições para as discussões sobre o papel da escola na prisão, evidenciando que as dificuldades ali encontradas apresentam traços comuns em quaisquer espaços onde acontecem processos educativos.

Ao longo do período de 2002 a 2011, as investigações que temos realizado têm evidenciado semelhanças e diferenças entre a escola da prisão e as escolas “da rua”, e embora houvesse inicialmente a ideia de que seriam encontradas muitas diferenças, foram sendo constatadas inúmeras semelhanças referentes ao trabalho educativo, às motivações que levam os alunos à escola e às aprendizagens que para eles são significativas.

Por outro lado, as falas advindas de diferentes informantes dentro dos espaços prisionais, que não pareciam conflitantes à primeira vista, aos poucos revelaram que embora os discursos fossem semelhantes havia importantes diferenças nas entrelinhas – de um lado, o discurso “da casa” e, de outro, o dos professores e alunos.

Para entender a sociedade dos cativos, como esclarece Sykes (1999), é preciso estar sintonizado com a contradição e permanecer neutro, pois as realidades da detenção são multifacetadas; há que se ter presente que o significado de qualquer situação é sempre um complexo de pontos de vista, muitas vezes conflitantes, e que é na divergência que se começa a ver os aspectos significativos da estrutura social da prisão.

Tendo em vista o contexto em que se realizou a pesquisa, torna-se relevante considerar que a chegada como pesquisadora no espaço prisional constituiu-se em um verdadeiro “ritual de passagem”: estive sujeita a olhares de interrogação, de intimidação e fui acompanhada o tempo todo por pessoas que ali trabalhavam – especialmente por ser uma pesquisadora em um espaço masculino.

Estava presente uma realidade em que se entrecruzam o “visto” e o “lido”, o visível e o enunciável. Descortinava-se, portanto, um espaço de pesquisa em que seria preciso vivenciar momentos de contradição entre o dito e o feito, de regras rígidas e verticalizadas, mas que permitiriam desenvolver a habilidade de escuta e de observação apurada às entrelinhas.

Na busca por desvelar aspectos dessa realidade e recolher dados que permitissem uma análise apurada das entrelinhas, o recorte dos sujeitos

participantes da investigação incidiu nos alunos e professores da escola de uma penitenciária do interior do Estado de São Paulo.

Em relação aos alunos usou-se para seleção o processo de amostragem, sendo selecionados, inicialmente, 50 (cinquenta) sujeitos. Optou-se por sujeitos recém-incluídos na prisão, mas que já haviam tido oportunidade de se matricularem e estavam frequentando a escola, e pela idade de 20 a 30 anos, por ser a faixa etária predominante na população da penitenciária.

Dos cinquenta colaboradores selecionados, dezoito puderam ser entrevistados, embora as conversas tenham sido agendadas com antecedência. Os demais não participaram das entrevistas por estarem no hospital, terem sido excluídos (ido para outros presídios), estarem em trânsito (encaminhados a outras comarcas para responder processos), ou incomunicáveis no pavilhão “E” (local para onde são encaminhados quando cometem faltas graves).

Isso demonstra a dificuldade encontrada na coleta de dados, mesmo porque os sujeitos selecionados para entrevista podem, de um dia para o outro, não estar mais no presídio. Há uma mobilidade interna muito grande, o que dificulta o contato com os mesmos sujeitos selecionados durante um período de tempo muito longo.

Em relação aos professores, o grupo era composto de oito professores, universitários de duas instituições de ensino superior. Os universitários foram admitidos pela Fundação Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP, tendo em vista o desligamento dos professores da rede pública de ensino da escola da penitenciária, desde 1997, pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

As entrevistas, organizadas com questões norteadoras, ocorreram em diversos momentos, sendo o roteiro revisado, com base nas informações anteriormente obtidas, que se enriqueciam e se aprofundavam à medida que a leitura da literatura apontava novas indagações e reflexões. Ao mesmo tempo, foram realizadas anotações em diários de campo, nos quais houve preocupação de enfatizar observações do cotidiano prisional e fatos que ocorreram em momentos anteriores e posteriores às conversas com os alunos, o que permitiu rica coleta de material para análise.

O perfil dos professores foi traçado com informações da Diretoria de Educação da penitenciária. Com eles foram realizadas entrevistas, buscando informações que permitissem analisar o ideário dos professores, o modo como avaliam o papel da escola dentro do contexto prisional e o seu papel nesse espaço.

Da mesma forma que se procedeu com os alunos, houve preocupação em respeitar os professores colaboradores em relação ao horário estipulado, ao seu universo de valores, cumprindo os acordos com suas conveniências e garantindo o sigilo das informações obtidas.

Com os professores foi usado o gravador em todas as entrevistas, visto terem concordado com tal procedimento, o que não aconteceu nas conversas com os alunos.

Os focos de análise da investigação emergiram dos dados coletados nos Boletins de Inclusão, informações da Diretoria de Educação, observações do cotidiano, conversas informais e entrevistas com alunos e professores da escola da penitenciária. Não foram utilizadas categorias *à priori*, uma vez que se partiu do pressuposto de buscar dados que emergissem da realidade, realizando-se um trabalho de questionamento das raízes, limitações e implicações do material encontrado, pois o fato de ele ser retirado da realidade apreendida não significa garantia de autenticidade e de verdade.

Resgatando a cidadania pela leitura e escrita...

Dos relatos dos alunos e professores foram selecionados trechos dos discursos nos quais se localizaram informações organizadas nos seguintes focos de análise: significado da prisão para o aluno; significado da escola para o aluno; causas do abandono da escola da prisão; papel dos professores na escola da prisão; significado da figura do professor e da escola; a sala de aula como espaço de aprendizagem de conteúdos úteis para a vida; organização e funcionamento da escola na prisão: dificuldades encontradas.

Atendendo ao objetivo deste artigo, buscou-se enfatizar os aspectos voltados ao papel da leitura e da escrita enquanto fatores contributivos de (re)socialização e de (re)inserção do homem em privação de liberdade – soltar as amarras, quebrar as armadilhas existentes entre as grades, através da educação escolar, é um desafio aos educadores que defendem os direitos humanos.

Analisando o significado e sentido da vida nos espaços de privação de liberdade, Onofre (2002; 2011) sinaliza alguns pontos que devem estar presentes quando se pensa o processo educativo, considerando esse momento da história de vida do apripionado. Ao chegar à prisão, o sentenciado traz uma concepção de si

mesmo formada ao longo de sua vivência no mundo doméstico. Nesse momento, ele é despido de seu referencial, e o processo de admissão o leva a outras perdas significativas em relação ao seu pertencimento à sociedade. As despir sua roupa e vestir o uniforme da instituição, o indivíduo começa a perder suas identificações anteriores para sujeitar-se aos parâmetros ditados pelas regras institucionais.

Para a autora, o processo de “desterritorialização” e “reterritorialização” mostra a trajetória dos indivíduos desde o abandono da sociedade em que viviam até sua inscrição em um microcosmos que destrói o essencial de suas existências, deixando clara a construção dessa experiência do aprisionado. O encarceramento traz ao indivíduo situações novas às quais precisa se adaptar para sobreviver, e tais situações não dizem respeito somente à dominação do sistema, mas ao convívio com os companheiros, ao convívio cotidiano que ele precisa descobrir.

O isolamento produz no indivíduo a sensação de perdas pessoais, como explicita Goffman (1974), quando observa que o encarcerado passa por um processo de descaracterização de sua identidade adquirida anteriormente nas relações com a família, amigos e instituições religiosas, educacionais, profissionais.

Nesse sentido, buscar a escola para ampliar conhecimentos é uma maneira de resistir ao processo de perdas a que a prisão submete o indivíduo, uma vez que é a região mais sombria do aparelho de justiça que organiza silenciosamente um campo de subjetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica (FOUCAULT, 1987).

Existe, entre os privados de liberdade, um sentimento de tempo perdido, destruído ou tirado de suas vidas, e que pode se configurar como motivo que os leva à escola. A volta à sala de aula oferece a muitos deles a possibilidade de poder sair da cela, distrair a mente e ocupar seu tempo com coisas úteis.

Quando os alunos se referem à escola como espaço onde ocupam a mente com coisas boas e preenchem o tempo ocioso, pode-se atentar para a falta de atividades em que vivem. Ora, é preciso ter presente que os criminosos são colocados na prisão, não *para* punição, mas *como* punição. Não precisam, no dizer de Sykes (1999), ser agredidos física ou mentalmente, além da dor envolvida no próprio confinamento. Eles não estão ali para serem punidos, pois o muro já é a segregação e o castigo. A escola, portanto, além de ser uma ocupação, proporciona-lhes a possibilidade de se relacionarem com o mundo externo. Ali, eles têm contato

com práticas e opiniões externas às do mundo prisional, que é carregado de símbolos relacionados ao mundo do crime.

A resposta mais frequente dos alunos em relação ao significado da escola está relacionada à oportunidade de aprendizado da leitura e escrita para os não alfabetizados que são os mais frequentes, os que mais valorizam a escola e os que apresentam a menor porcentagem de evasão.

Na prisão, ler e escrever é fundamental, pois não ter essas qualidades implica dependência do companheiro. É com esses conhecimentos que os detentos podem escrever e ler cartas, bilhetes e acompanhar o desenrolar dos seus processos criminais.

No dizer deles, é preciso ficar atento, porque a justiça não tem preocupação com eles e o cumprimento da pena sempre vai além do determinado no momento da condenação. Nesse sentido, de posse da leitura e da escrita, buscam lutar para ter seus direitos respeitados.

Na prisão, ler e escrever significa, portanto, ter mais liberdade, autonomia e privacidade, até porque quem não sabe pede, e quem pede, deve. Na prisão até favor é dívida e dívida é risco de vida.

Em relação ao significado da escola para o aluno é preciso, também, que sejam destacadas, de acordo com os depoimentos, as expectativas que demonstram em relação ao acesso aos conhecimentos e melhorias das condições de vida, quando em liberdade. Do ponto de vista da aprendizagem, os objetivos da escola são mais concretos e reais, pois uns querem aprender a ler, escrever e calcular, outros buscam aperfeiçoar, aprofundar e ampliar seus conhecimentos. Essa visão não é muito diferente da análise feita por Mello (1987, p. 78), quando afirma que “[...] é ensinando a ler, escrever, calcular, falar, e transmitindo conhecimentos básicos do mundo físico e social, que a educação escolar poderá ser útil às camadas populares”.

Para a autora, os alunos presos, assim como as camadas populares, vêem a educação como “[...] formas de melhorar de vida, pela possibilidade que nela distinguem de obterem melhor emprego e de participarem da cultura letrada” (MELLO, 1987, p. 77).

Nessa direção, Santos (2002) complementa: “faz parte do imaginário dos detentos a expectativa de ter acesso aos conhecimentos acumulados, via escola, e

isso não sofre variação se essa instituição está dentro ou fora de uma prisão” (p. 105).

Pode-se concluir, portanto, que a escola na prisão guarda especificidades que a diferenciam de outros espaços, mas a sociedade dos cativos mantém expectativas em relação à instituição escolar quanto à aquisição de conhecimentos e preparo para o convívio social.

Pensar a educação escolar na prisão significa, nesse sentido, refletir sobre sua contribuição para a vida dos privados de liberdade e da sociedade em geral, por meio da aprendizagem participativa e da convivência baseada na valorização e desenvolvimento do outro e de si mesmo. Significa, ainda, pensar uma educação escolar capaz de fazer do preso um homem “[...] informado e participante do mundo em que vive, adquirindo consciência crítica que favorece a capacidade de questionar e problematizar o mundo, condição necessária para a prática social transformadora” (MELLO, 1987, p. 90).

A leitura e a escrita se revelam, portanto, como ferramentas importantes na formação desses homens que desejam ser “alguém”. Sem dúvida, os que têm um grau de escolaridade mais elevado, são mais respeitados e valorizados na prisão, seja por funcionários, seja por outros presos. A leitura e a escrita promovem a aquisição de conhecimentos, melhorando o relacionamento e criando novas maneiras de pensar, viver e comportar-se dentro e fora das grades.

Há que se ter presente que a perda da liberdade do aprisionado é dupla: primeiro, por confinamento na instituição e segundo, por confinamento dentro da instituição. De acordo com Sykes (1999), à medida que os meses vão passando, as ligações com as pessoas da comunidade livre vão enfraquecendo. Nesse sentido, é oportuno ressaltar a figura do professor e os vínculos que se estabelecem no espaço da sala de aula. O aprisionado necessita ter não somente suas necessidades básicas atendidas, pois esse empobrecimento material é visto como uma perda dolorosa, uma ameaça à sua imagem como membro da sociedade. Mesmo sendo restrita a sua oportunidade de fazer escolhas, a sala de aula contribui no sentido de resgatar sua autonomia, num espaço em que está submetido a regras e comandos destinados a controlar o seu comportamento nos mínimos detalhes.

Concordo com Sykes (1999) quando afirma que por algum tempo os criminosos continuarão confinados, que os muros não serão demolidos, que é excessivamente otimista esperar que a prisão reabilite 100% dos reclusos, que a

comunidade autoritária da prisão não necessita ser severamente repressiva, que não se pode ser indiferente e ignorar o sistema social da prisão ao se tentar mudar a sua natureza propondo uma política penal esclarecida.

Tal situação não impede, porém, de se buscarem formas de resgatar a dignidade, a liberdade psicológica e o bem-estar do aprisionado. A escola é um espaço que não precisa funcionar pelo avesso, podendo desempenhar um papel importante no resgate do *status* de cidadão, sendo o professor figura relevante no estabelecimento do vínculo de confiança que o aprisionado perdeu ao ser afastado da sociedade.

Para tanto, é preciso desmascarar alguns mitos sobre os riscos de se lidar com a população aprisionada, pois atrás desses mitos está o ceticismo e a postura elitista de administradores dessas organizações, que por se constituírem em donos do saber “especializado”, desqualificam quaisquer propostas de mudanças.

Os programas educativos estabelecidos para as prisões devem estar inseridos em uma política pública de âmbito nacional, mas quando se pensa em formular esses programas, não pode ser esquecida uma referência básica – a relação futuro-presente-passado.

Para o aprisionado, essa relação é fundamental, em qualquer programa educativo que se lhe apresente. É o cotidiano que revela as bases sobre o que é possível, mas não deixa de trazer embutido o passado, enquanto memória e incorporação de vivências. Sua expectativa de futuro é algo que deve ser também considerada. A escola pode oferecer condições para que ele possa conviver, no presente, com diferentes circunstâncias, sabendo a hora de “mostrar-se” ou “esconder-se”, de falar ou de calar, de proteger-se para sobreviver. O aprisionado traz, por outro lado, enquanto memória, vivências por vezes negativas, de situações pelas quais passou antes e durante sua carreira delinquencial. Em suas expectativas de futuro estão o desejo de começar uma nova vida, na qual possa trabalhar, voltar a estudar e construir uma família.

Embora os estudos sobre a reincidência criminal apontem que suas expectativas acabam, na maioria das vezes, frustradas pelos rótulos, pelo despreparo em assumir atividades profissionais, por distorções de visão de mundo que fatalmente adquirem na sociedade dos cativos, é necessário investimento em estudos e ações em busca da (re)construção de projetos educativos que visem à melhoria das escolas das unidades prisionais.

Pensar a educação nessa direção significa dotar o homem em privação de liberdade de conhecimentos, valores, habilidades e competências que lhe permitam reconhecer-se como um sujeito que pode tomar em suas mãos a condução da própria vida, o que significa exercer um direito humano – a leitura de mundo e a leitura da palavra significam recuperar auto-estima e adquirir competências para ressignificar o passado, viver com melhor qualidade o presente, e construir um projeto de vida futura.

Ao se propor uma educação significativa, dotando especialmente o homem em privação de liberdade de ferramentas que lhe permitam ler e escrever a sua palavra, busca-se um esforço concreto por uma política pública baseada no respeito à dignidade da pessoa – trata-se de ir além da busca pela (re)integração social, significa tornar a instituição prisão mais humana, contribuindo com o desenvolvimento real e sustentável de uma sociedade que se pretende democrática.

O que se pretendeu nas reflexões apresentadas neste artigo, foi evidenciar o papel da escola nas prisões, enfatizando-se a relevância de dotar o homem aprisionado de um direito básico, o domínio das habilidades e competências da leitura e da escrita, direito esse, que lhe foi negado ao longo de sua vida.

Ao buscar caminhos para a educação brasileira, nesse momento histórico de implementação das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nas unidades prisionais, se nossa opção como educadores sociais é lutar por uma sociedade mais justa, em favor daqueles que historicamente tiveram negado o acesso aos direitos essenciais à vida humana e entre eles, o direito de ser alfabetizado, há que se incluir nessa tarefa o investimento em políticas públicas e ações que garantam a todos, independente do espaço em que estejam, a possibilidade de se apropriar da leitura e da escrita de sua palavra, silenciada por alguns, para ocultar uma realidade social perversa e injusta.

Notas

* Elenice Maria Cammarosano Onofre é doutora em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Araraquara (2002). Atualmente é docente do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Didática, atuando nos seguintes temas: formação de professores e demais agentes educativos, espaços não-formais de educação, formação de educadores sociais. Integrante do grupo de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos – linha de pesquisa Educação de Jovens e Adultos em situação de controle e de privação de liberdade. E-mail: linocam@uol.com.br

Referências

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº 2/2010. **Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Brasília, DF: MEC/CNE/SECAD, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

JULIÃO, E. F. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LEME, J. A. G. **A cela de aula: tirando a pena com letras. Uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, 2002.

LOURENÇO, A. da S. **O espaço de vida do agente segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários**. Curitiba: Juruá, 2011.

MELLO, G. N. **Educação escolar: paixão, pensamento e prática**. São Paulo: Cortez, 1987.

ONOFRE, E. M. C. **Educação escolar na prisão**. Para além das grades: a essência da escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem aprisionado. 2002. Tese. (Doutorado em Educação Escolar), UNESP, Araraquara/SP, 2002.

_____. Educação escolar na prisão: controvérsias e caminhos de enfrentamento e superação da cilada. In: LOURENÇO, A. S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs). **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. p. 267-285.

PENNA, M. G. de O. **O ofício de professor: ambigüidades do exercício da docência por monitores-presos**. 2003. Dissertação. (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, 2003.

PORTUGUÊS, M. R. **Educação de adultos presos: possibilidades e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do sistema penal no Estado de São Paulo**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, S. **A educação escolar no sistema prisional sob a ótica de detentos**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SERRADO JUNIOR, J. V. **Políticas públicas educacionais no âmbito do sistema penitenciário**: aplicações e implicações no processo de (re)inserção social do apenado. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, 2009.

SILVA, R. da. **A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação da liberdade**. 2001. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SYKES, G. M. **The society of captives**: a study of a maximum security prison. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

VIEIRA, E. L. G. **Trabalho docente**: de portas abertas para o cotidiano de uma escola prisional. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Recebido em: maio de 2012.

Aprovado em: julho de 2012.